

## A GEOGRAFIA DO IMPERIALISMO: UMA INTRODUÇÃO

Carlos Walter Porto Gonçalves

e

Nilce Moreira de Azevedo

“Se o mundo fosse uma aldeia global de 100 pessoas, 70 delas não saberiam ler e apenas uma teria educação superior. Mais de 50 sofreriam de desnutrição e mais de 80 viveriam no que chamamos de habitações subumanas.

Se o mundo fosse uma aldeia global de 100 residentes, 6 deles seriam americanos. Os 6 aufeririam metade de toda a renda da aldeia e os 94 restantes viveriam com a outra metade.

De que modo poderiam os 6 ricos viver “em paz” com os vizinhos? Certamente seriam obrigados a se armarem contra os outros 94... talvez mesmo gastar, como fazemos, mais por pessoas em defesa militar do que a renda total *per capita* do resto.”

(REVISTA FELLOWSHIP da Fraternidade da Reconciliação, fevereiro de 1974.)

Neste texto ultrapassamos as fronteiras das disciplinas acadêmicas com a mesma facilidade com que o imperialismo transpõe as fronteiras nacionais. Era a única forma de compreendê-lo.

### I — PENSAMENTO GEOGRÁFICO E IMPERIALISMO

O pensamento geográfico e o fenômeno do imperialismo têm estado tradicionalmente interligados. Desde a antiguidade, com Heródoto, que o saber geográfico se preocupa com a dominação impe-

rial.<sup>1</sup> LACOSTE já demonstrou, inclusive, a origem etimológica de determinados conceitos geográficos, comprometida com a dominação: o termo *Região* — do latim “Regere” (comandar, dominar, reger) — é disso uma expressão inequívoca. Claro que na Geografia oficial este termo é usado com distintos significados, via de regra, sem nenhuma relação com o que acima mencionamos. Ora, as palavras são expressões de relações sociais; significam práticas humanas determinadas e essa neutralização da palavra, através do progressivo afastamento em relação ao seu significado de origem, faz parte do movimento com que os que detém os meios de produção e de circulação de idéias, ao torná-las neutras, procuram reproduzir, concretamente, a relação que elas originalmente designavam. Essa dissociação entre as palavras e as coisas vai perdurar enquanto continuar a relação contraditória das classes sociais entre si e com a natureza.

No imperialismo moderno, o discurso geográfico aparece mais uma vez como um justificador: a teoria ratzeliana do espaço vital, necessária para “os Estados dotados de uma energia de expressão”<sup>2</sup> é um bom exemplo, assim como o determinismo naturalista adquire um significado novo, como justificativa de uma divisão internacional do trabalho que se pretende objetiva, uma vez que imposta pelas condições naturais. Dessa forma, cada lugar do mundo produziria aquilo que melhor o permitissem as suas condições naturais.<sup>3</sup>

Esta ideologia não deixou de ter os seus porta-vozes nos chamados países subdesenvolvidos que não cansavam de defender a sua “vocaçao agrícola”. Basta lembrar os acirrados debates do início do século, nos quais a oligarquia fundiária, dependente dos mercados externos para a venda do café, do cacau ou da cana-de-açúcar, alardeava o ponto de vista da “vocaçao agrícola” do Brasil, que, no máximo, poderia ter indústrias “naturais”, isto é, aquelas ligadas ao beneficiamento dos produtos agrícolas da região.<sup>4</sup> Em contrapartida, a Inglaterra era vista como dotada de uma “vocaçao industrial”. E assim ficávamos no melhor dos mundos, naturalmente...

1 Ver LACOSTE, Y. (1976) — “A Geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra” — s/d — SODRÉ N. W. “Introdução à Geografia” Ed. Vozes, Petrópolis.

2 ALMAGIÀ, R. (1955) — *Fondamenti di Geografia Generale*, Roma, II p., 315, citado por QUAINI, M. (1979) em “Marxismo e Geografia”, Ed. Paz e Terra. p. 17.

3 Sobre este ponto ver MOREIRA, R. (1980) em “Geografia e Praxis” in Revista Vozes nº 5. (1982), “O que é Geografia” Ed. Brasiliense, São Paulo.

4 Sobre este ponto especificamente consultar CASTRO, A.B. (1970) “Ensaíos sobre a Economia Brasileira”, Forense Ed., 2 vol..

A expansão imperialista encontrou, portanto, no determinismo geográfico uma forte justificativa, ainda mais se considerarmos o imenso prestígio alcançado pelas chamadas ciências da natureza no século XIX que se transformaram em paradigma de cientificidade. Enunciar, portanto, qualquer discurso tomando por base o conhecimento da natureza adquiria uma força muito grande. Sabemos, por outro lado, o quanto custou aos povos do Terceiro Mundo a desorganização das suas estruturas sociais para cultivar um ou outro produto de exportação que, via de regra, acabaria por ser deslocado por similar de custos menores (a borracha vegetal pela sintética, as fibras naturais pelo nylon). O caráter "natural" da divisão internacional do trabalho, subjacente na ideologia do determinismo geográfico, produzia não só livros e teses mas também lucros e sofrimentos.

Todavia, se queremos dar conta da análise do imperialismo, tema tão afeiçoado à Geografia, não podemos cair na pseudo-crítica Lablacheana ao determinismo geográfico. O atribuírem ao *homem* em geral a capacidade de superar os problemas colocados pela natureza, os discípulos de LA BLACHE instituíram uma visão antropológica da Geografia — o Possibilismo. Os geógrafos do século XX vivem esse grande dilema entre ser determinista ou possibilista — armadilha ideológica a que nos vimos submetidos durante tanto tempo e da qual só a muito custo estamos nos libertando.

Ao creditar à *capacidade humana* em geral a possibilidade de criar, não situando historicamente este atributo, o Possibilismo terminará por entendê-lo como inerente a uma "essência humana", fundando-o, inevitavelmente, em razões biológicas e naturais. De onde provém esta capacidade humana? Estranho caminho este o dos possibilistas que acaba por se encontrar com o determinismo... na natureza. Isto porque, se estas capacidades humanas não são engendradas historicamente, só podem advir da natureza ou de Deus.

Deste modo, o possibilismo constitui, de fato, mais uma ideologia naturalizante, com forte tendência a cair numa biologia de conotação racista.

Estamos ainda muito acostumados a ver a crítica ao determinismo ser feita com o exemplo da capacidade dos judeus em plantar no deserto, transformando-o num jardim... Sabemos também o quanto a aparente ausência de manifestação, no mesmo grau dessa capacidade, do outro lado do Rio Jordão, tem servido para justificar uma ponta de racismo anti-árabe... Em nenhum momento, a possibilidade de transformar aquele pedaço de deserto de Israel em um

pomar é explicada pelo maciço investimento em dólares no País que, não fosse a situação peculiar e estratégica que ocupa para o imperialismo, não conseguiria se manter com as condições que tem. Por outro lado, as estruturas sociais semi-feudais reinantes entre os árabes, cujos Sheiks vivem da renda do monopólio de um bem natural, também não são considerados...

A realidade daquela "possibilidade", portanto, só poderá ser compreendida se a situarmos historicamente, pois não é a presumida existência de uma capacidade humana genérica e abstrata, originada, ao final das contas, na raça, que permitirá explicar aquele jardim... A argumentação possibilita, em suma, mostra-se insuficiente e não resiste à crítica.

HEGEL já nos havia chamado a atenção para a importância da palavra *possível* pelo que ela nos sugere de uma coisa *que não é mas que pode ser*. O possível só se torna real porque é necessário, e é isso que o distingue do impossível, não sendo, portanto, a possibilidade indeterminada. O possível é esta margem de atuação do homem, em situação historicamente determinada, que lhe permite efetuar uma transformação que corresponda a uma necessidade. Esta necessidade, por sua vez, também não é geral e abstrata, mas sim parte constitutiva das contradições de uma situação dada. O exercício do livre-arbítrio, como gostam de falar os possibilistas, não é arbitrário, pois "... a liberdade é a consciência da necessidade."

Na medida em que recusamos a falsa opção entre determinismo naturalista e possibilismo antropológico-natural, como tratar o tema Geografia e Imperialismo para além da simples demonstração da relação existente entre as ideologias geográficas dominantes e a prática imperialista? Ora, a própria crítica que fizemos anteriormente deixa entrever a senda teórica que percorreremos. Não há fenômeno social que possa ser compreendido fora da História, sem o estudo de sua gênese, do seu movimento de constituição e auto-diferenciação. Aí está a raiz do equívoco das abordagens do espaço fora do tempo...<sup>5</sup>

## II — IMPERIALISMO — CONSEQUÊNCIA LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O imperialismo pode ser sinteticamente definido como o domínio dos grandes monopólios industriais e financeiros sobre o mundo.

<sup>5</sup> Sobre esta crítica ao possibilismo-determinismo e ao pensamento geográfico de um modo geral, nada melhor que o excelente livro de SANTOS, M. (1978), "Por uma Geografia Nova", Hucitec'

Embora muitos costumem ver os monopólios como uma aberração, eles constituem, de fato, uma consequência natural do capitalismo.

Infelizmente, na Geografia ainda não se conseguiu avançar muito além daquele empirismo vulgar que constata que as cidades produzem manufaturas e os campos matérias-primas e alimentos, ou que as relações econômicas entre os países compreendem trocas de complementariedades de valores de uso, tal como a enunciada anteriormente onde os países industriais se complementam com os países agrários, como se esta divisão do trabalho fosse espontânea e natural.

Ora, a sociedade capitalista é fundamentalmente produtora de mercadorias e, embora as mercadorias tenham alguma utilidade, o que regula as trocas de mercadorias não é o valor de uso mas o valor de troca. É por isso que o leite produzido numa fazenda, decerto útil para muitos habitantes da cidade, não chega ao mercado urbano se o preço por ele oferecido não garantir a seu proprietário pelo menos a cobertura dos custos de produção mais o lucro médio (preço de produção). Assim, não é o fato de ser um alimento necessário aos habitantes da cidade, principalmente, que faz com que o produto se desloque no espaço, mas o de ser uma mercadoria: algo produzido objetivamente a troca que valorize o capital do proprietário. E assim, também a troca entre nações são regidas por esse mecanismo.

O completo desconhecimento dessas questões tem feito com que a maioria dos geógrafos não se mostre capaz de compreender os processos que produzem a organização do espaço tanto a nível nacional como internacional.

O imperialismo é uma fase específica do desenvolvimento do capitalismo, resultante do próprio caráter concorrencial desse modo de produção que obriga cada capitalista a ser essencialmente progressivo em termos tecnológicos.

Todo capitalista sabe que não pode embolsar os lucros obtidos em determinado investimento. Boa parte desses lucros tem que ser reintroduzida no processo produtivo, com vistas a aperfeiçoá-lo e, deste modo, diminuir os custos de produção pela redução do tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias. A concorrência pelos mercados consumidores obriga o capitalista a buscar reproduzir de maneira ampliada os seus investimentos, caso não queira perecer nessa competição com os seus pares. É deste movimento em que a concorrência impõe o permanente aperfeiçoamento do processo produtivo que emergem as características básicas do imperialismo: 1) a tendência da livre-concorrência a gerar o seu contrário,

isto é, os grandes monopólios e 2) a necessidade de estar sempre ampliando as fronteiras do mercado, seja interno ou externo<sup>6</sup>. Vejamos mais de perto como isso se dá.

A primeira característica: a geração do monopólio pelo processo mesmo da competição se mostra evidente por si só. Trata-se de um processo no qual alguns capitalistas expropriam outros capitalistas ao lhes tomar progressivamente fatias do mercado. A formação dos cartéis e dos trustes é a manifestação concreta deste mecanismo. A luta pela diminuição dos custos de produção impõe a introdução de melhorias tecnológicas que, inclusive, só podem ser aplicadas a partir de uma determinada escala de produção. Aqui fica evidente a relação entre o processo de acumulação e a necessidade de expansão permanente. A livre mobilidade do capital que era uma das características do capitalismo liberal começa a encontrar barreiras com a formação dos monopólios. Se antes os capitais podiam se dirigir livremente aos setores de produção onde as perspectivas de lucro se mostravam maiores, seja porque se tratava de um ramo novo a explorar, seja pela disponibilidade de uma tecnologia mais aperfeiçoada, que permitia custos de produção inferiores à média, agora, deparam-se com as barreiras monopolistas. Isto porque as tecnologias utilizadas pelos grandes monopólios exigem capitais num montante muito elevado só disponível pelos próprios monopólios. Se a realização de lucros acima da média — os superlucros — tinha até então um caráter episódico, agora mostra uma tendência a se tornar mais prolongada a sua existência. Se antes o fluxo de capitais para um determinado ramo produtivo acabava por conduzir a uma queda dos preços, o mesmo não ocorrerá no período monopolista.

O domínio dos monopólios, todavia, não está livre de contradições. Seus superlucros não caem do céu, nem seus preços são afixados arbitrariamente. A sociedade num dado período produz uma soma determinada de sobreproduto que é repartido entre as classes possuidoras. Se os monopólios, pela magnitude dos seus capitais e pelo seu poder de controle do mercado, conseguem impor os preços das mercadorias e assim se apropriar de uma fração maior do sobreproduto social, os setores não monopolista têm necessariamente suas taxas de lucro diminuídas. Daí deriva a tendência ao aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, como forma de compensar

6 Sobre a Teoria do Imperialismo ver: LENIN, W. "Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo" Ed. Global — São Paulo, BUKARIN, N. "Imperialismo e Economia Mundial" MANDEL, E. "Tratado de Economia Marxista" vol. 3 Editorial Bertrand, Portugal; VALIER, J. e SALAMA, P. (1975) "Uma Introdução à Economia Política" — Civilização Brasileira — Rio de Janeiro.

essas quedas, fato particularmente sensível nas empresas de menor porte.

Por outro lado, se os monopólios aumentam demasiadamente os seus preços, acabam por permitir que capitais com capacidade tecnológicas e financeiras menores tenham condições de competir no mercado. De qualquer modo, os monopólios vêm constantemente seu poderio ameaçado, daí as práticas de violência, corrupção e suborno de que fazem mão. O exemplo do monopólio sueco Fiat Lux é a esse respeito significativo: parte dos superlucros monopolistas auferidos são destinados à compra de fábricas menores para serem fechados, daí as várias marcas sob seu controle (Olho, Beija-flor, Ypiranga, Fasa, etc).

O monopólio enquanto capital concentrado e centralizado, resultante da expropriação de outros capitalistas, é uma das respostas do capital a uma das leis mais importantes do modo de produção capitalista: a tendência à queda da taxa de lucro. Podemos mesmo dizer que a história do capitalismo é a história da luta permanente contra essa tendência<sup>7</sup>.

Essa lei decorre do permanente aumento dos índices de produtividade, principal mecanismo que o capital encontra para enfrentar a concorrência e expandir seus mercados. Ora, esse recurso faz com que a taxa de lucro tenda a cair, embora o lucro aumente em termos absolutos, senão vejamos: uma taxa de lucro de 20% sobre um capital de Cr\$ 100.000,00 corresponde um lucro de Cr\$ 20.000,00, ao passo que um capital de Cr\$ 1.000.000,00 a uma taxa de lucro de 10%, obtém um lucro de Cr\$ 100.000,00. Aqui cabe explicar, mesmo que rapidamente, o porque da tendência à queda da taxa de lucro, pois esta lei se encontra mesmo na base do fenômeno imperialista.

O capital empregado no processo de produção se divide em duas partes no que concerne à formação do valor das mercadorias. Uma delas é constituída pelas máquinas e matérias-primas que entram no processo produtivo. A outra corresponde ao investimento na compra da força de trabalho. O valor correspondente às máquinas e matérias-primas é transformado progressivamente às mercadorias que vão sendo produzidas ao longo do tempo de vida útil

<sup>7</sup> Sobre esta lei ver: MARX, K. (1974) "O Capital" Livro 3, Tomo 4 da Ed. Civilização Brasileira. Para uma análise mais atualizada ver MATTICK, P. "Integração Capitalista ou Ruptura Operária" Ed. Regras do Jogo, Portugal; ou ainda VALIER, J. (1978) "El Partido Comunista Frances y el Capitalismo Monopolista de Estado", México.

dessas máquinas. A força de trabalho, por seu lado, quando entra em atividade, cria valor novo, além de produzir o equivalente de seu próprio valor (que é igual ao dos bens necessários a sua reprodução), e cria também um sobrevalor, a mais-valia. Assim, ao final de um determinado ciclo produtivo, uma parte do capital reaparece nos produtos com o valor transferido — a parte constituída pelas máquinas e matérias-primas — por isso chamado capital constante (c); a outra parte do capital é constituída pelo equivalente do valor da força de trabalho. Essa parcela do capital é chamada variável (v) pelo fato de constituir o equivalente do valor de uma mercadoria (a força de trabalho) que tem a peculiaridade de, no ato da produção, gerar um valor excedente. Este sobrevalor criado pela força de trabalho constitui a mais-valia (mv). Logo, as mercadorias (P) que nelas incorporados  $c+v+mv$ . A taxa de lucro é a relação entre o que o capitalista ganha (mv) face ao que investiu ( $c+v$ ).  $\frac{mv}{c+v}$

Uma vez que o desenvolvimento capitalista implique uma busca permanente pelo aumento da produtividade, através das melhorias dos equipamentos e técnicas de produção, verifica-se uma tendência à elevação da proporção do capital constante em relação ao variável (aumento da composição orgânica do capital). Ora, como não é o capital constante o que cria valor novo — a riqueza nova — mas sim o capital variável, a crescente elevação de (c) em relação a (v) acaba por provocar uma tendência à queda da taxa de lucro.

O capitalista que isoladamente altera a composição orgânica do seu capital tende a se apropriar de um superlucro, uma vez que passa a ter custos de produção abaixo da média. Todavia, sendo a racionalidade capitalista não uma questão subjetiva, mas uma imposição das leis bem concretas do capitalismo, no conjunto da sociedade, a taxa de lucro tende a baixar à medida em que todos os empresários buscam aumentar a produtividade do capital, logo, alterar a proporção entre (c) e (v). Por isso, a tendência à queda da taxa de lucro é uma lei que rege o modo de produção capitalista e da qual os empresários, em última instância, não conseguem escapar.

A questão, porém, não se deve limitar à simples constatação da tendência à baixa da taxa de lucro. Devemos nos interrogar porque essa queda não se faz de modo mais absoluto e abrupto. Aí constataremos porque o imperialismo é a exacerbação ao máximo grau das contradições do capitalismo.

O processo de centralização de capitais é uma das respostas criadas pela burguesia face ao dilema da tendência à queda da taxa



de lucro, buscando compensar a relativa queda da taxa com o aumento da massa de mais-valia de que os grandes capitais se apropriam. O fenômeno da monopolização daí decorrente jogou por terra, pouco a pouco, o velho sonho liberal que atribuía ao livre-arbítrio dos investidores a possibilidade de realização do interesse de todos, uma vez que o livre jogo das forças do mercado naturalmente se incumbiria de ajustar os excessos.

A expansão dos mercados, seja através da criação de novas necessidades, via lançamento de produtos novos, seja pela extensão do modo capitalista de produção a outras regiões ainda não incorporadas ao sistema, constituirá uma tarefa fundamental, com vistas a abrir espaços para os investimentos necessários à manutenção do processo de acumulação ampliada do capital. Eis aí a tônica do capitalismo em sua fase imperialista<sup>8</sup>.

Os recursos de que a burguesia se lança mão na tentativa de contrariar a lei da tendência à queda da taxa de lucro, além da centralização de capitais, nos permitem explicar o caráter desigual do desenvolvimento capitalista, principalmente no cenário mundial. São eles:

1) Aumento da taxa de exploração sobre os trabalhadores — esta alternativa, cada vez mais difícil nos países-sede das empresas imperialistas, em virtude do grau de organização da classe operária em seus sindicatos e partidos, torna-se a constante nos países que vão sofrer o impacto da expansão imperialista, onde o movimento operário e sindical é vítima de intensa repressão e onde o exército industrial de reserva é grande.

2) A redução do valor do capital constante — obtida através da importação de matérias primas nos países do chamado Terceiro Mundo.

3) A diminuição do valor do capital variável — conseguida através da redução dos custos de produção dos bens-salários. A importação, por exemplo, de lã, trigo e carne da Austrália, Nova Zelândia e Argentina tiveram influência decisiva na redução do valor de custo de reprodução da força de trabalho europeia, possibilitando taxas de lucro mais elevadas.

A expansão imperialista que se acelera a partir da crise de 1970 não poderia se dar sem a forte associação do capital industrial ao capital bancário<sup>9</sup>. O sistema financeiro, ao desenvolver o crédito,

<sup>8</sup> Ver LENIN, op cit.

<sup>9</sup> Ver MARX, K. (1970) "O Capital" Livro 2, Ed. Civilização Brasileira e também LENIN op. cit. e MANDEL, E. op cit.

por exemplo, permite uma rotação mais rápida do capital e, deste modo, uma retomada da taxa de lucro. Assim, a produção dos trustes do aço pode ser ampliada na Europa, na medida em que os empréstimos do capital financeiro, exportando para áreas dominadas, eram aplicados na importação das máquinas e equipamentos de extração de minérios, trilhos, vagões, guindastes. Dessa forma, várias regiões do globo foram integradas, a partir do final do século XIX, ao mercado mundial.

Todo esse processo contraditório de acumulação do capital engendrará ainda uma outra característica do capitalismo na sua fase imperialista: o importante papel que assume o Estado no desenvolvimento capitalista. Isto nada mais é do que a expressão do aprofundamento das contradições no seu seio, dos conflitos e disputas entre os monopólios que, para garantir ou ampliar as suas respectivas fatias no mercado mundial, precisam do respaldo político, diplomático, militar e ideológico dos aparelhos do Estado. A defesa do "interesse nacional, ideologia cada vez mais apregoada pelos grupos monopolistas servirá de alibi para justificar a fúria expansionista dos grandes capitais privados<sup>10</sup>. O Estado, por outro lado, ao desenvolver o aparelho militar garante à indústria de base — a mais monopolizada — um mercado promissor, através de encomendas e de financiamento de pesquisas para fins de "segurança nacional". A intervenção do Estado torna-se fundamental, também, para assegurar as condições gerais de produção necessárias à acumulação do capital monopolista, porque à medida em que o capital se concentra e centraliza, aumenta a escala de produção, exigindo uma organização do espaço correspondente<sup>11</sup>. Isto implica o desenvolvimento de uma infra-estrutura de transportes, comunicações, energia, etc. que envolve a aplicação de recursos imensos e por cuja implantação o Estado se responsabiliza, em benefício dos monopólios. A preparação destas condições deve permitir uma recuperação das taxas de lucro.

O intervencionismo do Estado, com o objetivo de facilitar os caminhos do grande capital, tenderá a se acentuar desde o final do século XIX até hoje, recebendo no pós-guerra o nome eufemístico de Planejamento.

A Alemanha será o primeiro país a apresentar esta nova característica do imperialismo. O seu desenvolvimento industrial terá que ser necessariamente acelerado, pois se vai iniciar numa época já de

<sup>10</sup> Ver a este respeito VALIER, J. (1978) op. cit. e MANDEL, E. op. cit.

<sup>11</sup> Ver a este respeito "O Inimigo Oculto" de Bernardo, J. (1979) Ed. Apontamento, Portugal.

predomínio dos monopólios no mercado mundial. Diante disso, nada melhor que a ação do planejamento estatal para fazer face ao capital já extremamente concentrado na Inglaterra, França e Bélgica. A industrialização na Alemanha, assim como no Japão e secundariamente na Itália, já nasce sob o signo da grande concentração do capital, sob a forma de "Konzern" e "Zaibatsu".

O capital financeiro à frente, a indústria bélica atrás, apoiados no argumento ideológico da necessidade de ampliação do "espaço vital", passavam à ofensiva na busca de novos mercados para investimentos de capitais excedentes, suprimento de matérias e escoamento das mercadorias, tentando dar combate sem tréguas à todavia inevitável tendência à queda da taxa de lucro.

A competição imperialista entre os monopólios, camuflada sob a roupagem da defesa dos "interesses nacionais", levará a Europa, particularmente, a duas guerras mundiais em menos de 25 anos! ... Tratava-se de ajustar as fronteiras nacionais e os respectivos "espaços vitais", isto é, as colônias e semi-colônias à nova correlação de forças monopolistas. Não é por acaso que serão os países que saíram mais tardiamente na arrancada do desenvolvimento industrial que se unirão para tentar impor uma nova partilha do mundo.

O capitalismo ao sair da crise que o ameaça, centraliza os capitais, se expande territorialmente, lança produtos "novos", compromete o Estado cada vez mais com os monopólios, coloca o mundo num clima de permanente tensão. Por isso, afirma-se, o imperialismo caracteriza uma época de guerras e revoluções. Isto porque o desenvolvimento desigual dos monopólios está permanentemente a exigir novas partilhas dos mercados, dos recursos naturais, de forças de trabalho, e a conseqüente tendência ao aumento da exploração e recuperação das taxas de lucro.

No entanto, as mazelas causadas pelo sistema não são fruto de uma perversidade inata dos capitalistas. Ao contrário, resultam da necessidade estrutural de recuperar a taxa de lucro que teima em cair. O planejamento, de certa forma, retarda a manifestação mais cruel desta lei: as crises de desemprego e de superprodução de mercadorias (não de valores de uso). Porém, a intenção dos técnicos do Estado de planejar não é suficiente para evitar a tendência à queda, uma vez que o próprio Estado está comprometido com a apropriação de parcela cada vez maior do sobreproduto da sociedade, através do recolhimento dos impostos. Não é por acaso, inclusive, que se tornou comum assistirmos aos empresários protestarem contra a intervenção estatal. Esses mesmos empresários que apoiam esta intervenção quando ela cria as condições gerais de produção, necessárias à

expansão de seus capitais particulares, frequentemente através de uma política de forte "arrocho" sobre os trabalhadores.<sup>12</sup>

O idílio entre o capital e o trabalho, a presumida grande obra do "Capitalismo Planejado", desembocará numa crise profunda, apesar dos esforços dos ideólogos que apregoavam o fim da luta de classes no após-guerra. A cooptação de setores cada vez mais amplos da classe operária norte-americana e europeia pela elevação de seu padrão de consumo, criando o "welfare state", levou a que muitos se deixassem levar pelas aparências, esquecendo-se de que o capitalismo monopolista também continua sendo regido pela lei do valor e pela concorrência.

O imperialismo, enfim, não se reproduz através de uma simples exploração exagerada do Terceiro Mundo, mas combina as formas "selvagens" de extração da mais-valia com as formas "civilizadas". É a combinação dessas desigualdades — em algumas áreas a cooptação dos trabalhadores pelo capital e noutras a sua exclusão — que permite ao capitalismo se reproduzir ampliadamente, intensificando, igualmente, as suas contradições. Se, por um lado, necessita aprofundar a divisão do trabalho e, dessa forma, desenvolver as forças produtivas, por outro, esgota as energias dos trabalhadores e da natureza em outros pontos. Vejamos um pouco mais de perto, ainda que em seus traços mais gerais, os impactos do imperialismo sobre os povos submetidos a sua dominação.

### III — EFEITOS DA EXPANSÃO IMPERIALISTA NO TERCEIRO MUNDO

A análise anterior nos leva a perceber que o imperialismo é uma totalidade contraditoriamente estruturada a nível mundial, que se vai forjando pelas relações hierarquizadas entre as diversas frações do capital nos países centrais e suas articulações com as classes dominantes no Terceiro Mundo.

As maneiras pelas quais as diversas regiões do mundo serão incorporadas pela expansão imperialista serão variadas, dependendo não só dos recursos naturais disponíveis ou do contingente demográfico suscetível de ser transformado em força de trabalho a serviço do capital, mas também das estruturas sociais pré-existentes. Isto porque a penetração imperialista exigirá a criação de mecanismos que lhe possibilitasse superar os obstáculos que se colocavam a essa dominação: o problema da introdução do modo de produção capitalista entre povos que ignoravam a troca mercantil; a necessidade da insta-

12 Ver MATTICK, P. op. cit.

lação de uma infra-estrutura de transportes, comunicações e equipamentos portáteis que permitisse o escoamento das riquezas produzidas nas regiões dominadas; a mobilização da mão-de-obra para o trabalho nas "plantations" e minas.

A instituição de sistemas de "impostos" que tinham de ser pagos em moeda ou a expulsão dos negros africanos das terras mais férteis e seu confinamento em "reservas" (os "Bantoustands" da África do Sul) foram artifícios utilizados pelos colonizadores para criar as condições para a formação de uma força de trabalho, inevitavelmente submetida ao capital nas minas e "plantations". No Quênia, por exemplo, 23.000 colonos brancos se apropriaram de 42.000 km<sup>2</sup> de terras férteis, enquanto aos 3.300.000 nativos apenas 108.000 km<sup>2</sup>. A cada colono branco, 240 Ha. e a cada negro 3 Ha. ... e nas piores terras! Esta situação também se evidenciou na América Latina, com o famoso binômio latifúndio-minifúndio, onde as exíguas terras deixadas aos camponeses obriga-os a fornecer a sua força de trabalho a preços vis ou como condições para usar a terra de um grande proprietário.

Assim, uma Geografia própria dos chamados "países subdesenvolvidos" começa a se delinear: estradas solitárias ligando uma "plantation" ou uma mina a uma cidade-porto, integrada numa rede urbana cuja cidade de "hierarquia funcional" superior estava em algum ponto da Europa, via de regra, um centro industrial e financeiro.

A constante deterioração dos preços das matérias-primas e alimentos das regiões onde predomina a monocultura de exportação é uma das melhores expressões do nível de dependência a que ficam submetidos vários povos, em virtude da subordinação ao imperialismo. Tal deterioração de preços, geralmente impostos de fora pelas forças que controlam o mercado internacional, não prejudica de modo absoluto, todavia, as classes dominantes dos países dependentes, na medida em que elas constituem uma minoria que concentra em suas mãos a maior parcela da riqueza nacional. Os casos das famílias Somoza, Patiño, do imperador Bokassa são boas ilustrações desse fato. Portanto, não se trata da exploração do país, pois estas famílias não são exploradas.

As relações estabelecidas entre as nações pelo imperialismo não se fazem de modo equilibrado e harmônico. Ao contrário, em meio a crises e contradições que acabam por modificá-las. Foi assim que alguns países dependentes romperam com o capitalismo — U.R.S.S., China, Repúblicas da Europa do Leste, Cuba, etc. — e outros conse-

guiram mesmo no interior do capitalismo dar início a um processo de industrialização por “substituição de importações” a partir da Primeira Guerra, da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial<sup>13</sup>.

Esse processo de industrialização, contudo, não tardará a expor os seus limites e contradições. Partindo de uma base extremamente pobre, em termos de condições gerais de produção (infra-estrutura), herdadas de um modo de acumulação agro-exportador<sup>14</sup>, os esforços no sentido do desenvolvimento industrial vão se mostrar duplamente concentrados tanto no sentido da localização espacial das indústrias quanto no grau de concentração do capital.

O Estado jogará aí um papel decisivo na gestação das condições que favorecessem a acumulação ampliada, não só criando a infra-estrutura de transportes, comunicação e energia, mas também tomando a seu encargo a dinamização das indústrias de bens de produção e equipamentos: siderurgia, construção naval, etc. A opção pela orientação predominante dos gastos públicos, neste sentido, evidencia o caráter de classe do Estado, pois, no que concerne às condições de reprodução da força de trabalho que migra para os centros urbanos, a situação é de extrema precariedade: ausência de saneamento básico, assistência médico-hospitalar, carência de habitações populares, o que vai ensejar, entre outros, o fenômeno das favelas.

Uma vez superados, entretanto, os fatores críticos que em grande parte possibilitaram o início da industrialização desses países, as pressões do imperialismo se farão sentir novamente com todo o seu peso.

Além da necessidade de manter as exportações de matérias-primas e alimentos, como forma de obter as divisas para financiar o próprio desenvolvimento industrial, os países periféricos que se industrializam dependem, ainda, do mercado mundial para a renovação de seus equipamentos. Internamente, por outro lado, as classes dominantes locais começam a sentir a pressão do movimento operário e camponês exigindo terra e melhores condições de vida e salário, diante de um Estado cujos recursos estavam cada vez mais comprometidos com a criação das condições de reprodução do capital. O mercado internacional, por sua vez, após a Segunda Guerra, se apresenta extremamente monopolizado, obrigando esses países a buscar um crescimento por saltos, utilizando tecnologia sofisticada.

13 SALAMA, P. (1978) “O Processo de Subdesenvolvimento” Ed. Vozes, Petrópolis.

14 Ver MOISÉS, J. A. in Revista de Cultura e Política, CEDEC, ano 1, nº 1, São Paulo, texto “Contradições Urbanas, Estado e Movimentos Sociais”.

De uma maneira ou de outra, o resultado é que esses países semi-industrializados serão rapidamente obrigados a ceder espaço ao capital financeiro internacional que aí encontrará condições particularmente favoráveis às suas inversões, do ponto-de-vista da infra-estrutura, criada com esforço próprio durante o período de crise do mercado mundial.

Dispondo de elevada capacidade produtiva, mas não criando, todavia, uma oferta de empregos proporcional, esses países terão suas economias funcionando com considerável capacidade ociosa<sup>15</sup>, ao mesmo tempo em que seu mercado interno se mostrará seletivo, de perfil de renda em permanente concentração.

Dessa forma, a industrialização nos países periféricos acaba significando uma simples mudança na forma de dominação, não só porque eles continuam cumprindo a velha função de exportadores de produtos primários, mas também porque a nova função de hospedeiros dos grandes capitais internacionais que aí poderão obter as elevadas taxas de lucro que já não conseguem nos seus países de origem. Para isso contam com a "ajuda" das classes dominantes locais que temendo a pressão dos "de baixo", prestam esse serviço ao imperialismo sem maiores reservas<sup>16</sup>. Pelo contrário, a associação ao capital internacional torna-se condições para a sua própria reprodução enquanto classe dominante.

Fragilizada pelo capital internacional que penetra nesses países, as burguesias locais e as oligarquias fundiárias se encontram diante de um movimento operário concentrado, cuja influência sobre o conjunto da sociedade é necessariamente muito maior do que a sua expressão quantitativa. É por isso que os movimentos sociais em cidades como Córdoba, Johannesburg-Cabo, São Paulo-ABC, são hoje notícia internacional. Ao mesmo tempo, o imperialismo sabe que não pode deixar os seus aliados lutarem sozinhos contra os "de baixo", sob o risco de perder as suas áreas de influência, como ocorreu na Rússia dos Tzares, Na China, de Chiang-Kai-shek ou, mais recentemente, na América Central...<sup>17</sup>.

É por essas razões que o grande capital monopolista precisa da figura do "Estado Forte", aparentemente colocado "acima das classes", como administrador do interesse geral, que faça o planejamento do desenvolvimento... É também por isso que o mapa político do

15 Ver SALAMA, P. op cit.

16 Ver FERNANDES, F. "Poder e Contra-poder na América Latina" e "Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo".

17 A Nicarágua e El Salvador também são exemplos desta situação.

mundo registra a presença continuada de regimes ditatoriais na América Latina, África e Ásia. Nessas regiões a democracia é inviável na sua versão burguesa porque impossível estruturalmente. Ali, as tentativas de levar mais longe as experiências democráticas, com ampla participação popular, têm levado a crises políticas que só são superadas com a clara definição da luta de classes. O caso de Salvador Allende, no Chile, é disto um bom exemplo.

As ditaduras reinantes na América Latina, Ásia e África não são, portanto, a expressão da "incapacidade cultural" dos povos do Terceiro Mundo de se organizarem politicamente de maneira "civilizada". Elas são o esteio necessário à "civilização" imperialista para garantir baixos salários, matérias primas abundantes e super-lucros para o grande capital. Nos países dependentes, o violentíssimo grau de expropriação dos trabalhadores torna impossível assegurar a hegemonia burguesa pela simples persuasão. É por isso que o ex-presidente do Banco Internacional de Desenvolvimento, Robert MacNamara, declarava na American Society Of Newspapers Editions: "Este desenvolvimento (...) transformou enormes regiões, outroras passivas, em caldeirões de feiticeiras onde fervilham todas as mudanças. O mínimo que se pode dizer é que esse processo não é dos mais pacíficos... "MacNamara se alarma ao constatar"... a relação direta e constante entre essas deflagrações e o estado econômico das regiões em que se verificam..." e acrescenta: "...a violência, seja com os comunistas ou sem eles, ameaça indiscutivelmente, num mundo tenso ao extremo, a segurança e a estabilidade dos países da metade do mundo...". Está feita aí, claramente, a relação entre segurança e desenvolvimento. E para aqueles que ainda têm dúvida quanto a origem desta ideologia dos "oficiais de plantão" nos governos latino-americanos, africanos e asiáticos, basta observar o que preconiza MacNamara no mesmo discurso: "... É preciso, primeiro, fornecer a esse país o treinamento e o material de guerra indispensáveis para constituir e manter o escudo que abrigará esse desenvolvimento econômico... O segundo modo de ação, o menos compreendido, talvez, é a educação da ação cívica..."<sup>18</sup>.

#### IV — BREVISSIMA CONCLUSÃO

Vimos o quanto, na análise do fenômeno do imperialismo, nos encontramos distantes daquelas explicações simplórias da Geografia Determinista ou Possibilista. A desigualdade entre os povos, para

18 citado por SALAMA, P. op cit. pág. 96.



ser compreendida, não pode ficar nas aparências, lugar das reificações e dos fetichismo... Para um saber tão comprometido com a afirmação do Estado Nacional como tem sido tradicional na Geografia, de fato, é difícil pensar a questão do imperialismo criticamente e, no interior dela, o problema do Estado Nacional como fenómeno de transformação...

A burguesia em sua ascensão criou o Estado Nacional para o exercício da sua hegemonia (e os seus ideólogos para o justificar)... Na fase imperialista esse Estado entra em crise. Mas a burguesia não pode prescindir do Estado Nacional, como assinalamos. Pelo contrário, ele exerce a cada dia um papel mais importante na vida do capitalismo... No mesmo momento, contudo, em que a burguesia lança os seus tentáculos sobre os quatro cantos do mundo, fazendo e refazendo o mapa político do planeta, ele cria uma classe internacional cujos interesses lhe são objetivamente antagônicos. Os operários e camponeses de todo o mundo começam a sentir que a fronteira nacional é só uma maneira de os dividir para melhor os dominar: o motor Fiat produzido em Minas Gerais é o mesmo que desemprega um operário em Turim... O internacionalismo proletário nasce aí como uma necessidade concreta dos trabalhadores de todo mundo na luta contra o imperialismo.

## RESUMO

São abordados no artigo a vinculação entre algumas noções que fazem parte do discurso geográfico e a lógica da dominação capitalista. Estudam-se as relações entre o Imperialismo e a Geografia, através do dilema dos geógrafos do século XX: o determinismo naturalista e o positivismo antropológico. Criticando-se os equívocos das abordagens sobre o espaço fora do tempo.

Devendam-se os mecanismos do desenvolvimento capitalista em sua fase imperialista por suas constantes: a) formação de monopólios; b) ampliação constante das fronteiras do mercado. Analisa-se a associação entre o capital industrial e o financeiro e a importância do Estado em sua intervenção na economia, e seu comprometimento com os grandes monopólios.

São também analisados a variabilidade pela qual, as diversas regiões do mundo são incorporadas. Em especial o chamado "terceiro mundo".

Aborda-se também a emergência de uma geografia própria dos países chamados subdesenvolvidos, que parte das condições específicas destes países. Dentro desta perspectiva é realizada a análise do papel do "Estado", da

formação das "ditaduras" e do surgimento do "Estado Forte, com sua função de mediador/veículo das novas formas de dominação internacional, da questão da força de trabalho e a necessidade concreta de um internacionalismo proletário na luta contra o imperialismo.

### RÉSUMÉ

Sont abordés dans l'article, la vinculation entre quelques notions qui font part du discours géographique et la logique de la domination imperialiste. On étudie aussi les relations entre Imperialisme et la Géographie, à travers du dilemme du géographe du XXème siècle: le déterminisme naturaliste et le positivisme anthropologique. On critique aussi les équivoques des abordages sur l'espace au dehors du temps.

On dévoile les mécanismes du développement capitaliste dans sa fase imperialiste, par ses constants: a) la formation des monopoles; b) ampliation constant des frontières du marché.

On analyse l'association entre le capital industriel et le financière et l'importance de l'État dans sa intervention dans l'économie, et son engagement avec les grands monopoles.

Sont aussi analysé les variabilités par lesquelles, les divers régions du monde sont incorporée. Especiellement l'appelé "tiers monde".

Fait une référence a l'emergence d'une géographie particulier des pays aussi dites sousdéveloppés, qui part des conditions especificiques des ces pays. Au dedans du cette perspective est réalisé l'analyse du role de l "Etat", de la formation des "ditadures" et du surgissement de l "Etat Fort", avec sa fonction de médiateur/véhicule des nouvelles formes de domination international, de la question de la force du travail et la nécessité concrète d'un internationalisme prolétaire dans la lutte contre l'imperialisme

### ABSTRACT

Are approach in this paper the entail between some notions that are part of geographic discourse and the logic of imperialist domination. Studies too the relations between the Imperialism and Geography, by the XXth century geographer's dilemma: the naturalistic determinism and the anthropological positivism. Criticize the mistakes of the approaches about space out of time. Reveal the capitalistic developpment mechanisms, in its imperialistic stage by its constants: a) the monopoly formation; b) the constant enlargement of market frontiers.

Analyse the association between the Industrial Capital with the Financial Capital, the importance of the States in its intervention into the economy and its engagement with the great monopolies.

Are also analysed the variability by that, the various regions of the world are embodied, in special the so called "third world".

Comments the emergence of a specific geography of the underdevelopped countries, that start of the specific conditions of those countries. Into this perspective are doing the analysis of the role of the "State", the "ditaduras" formation, and the emergence of the "Strong State", with its function of mediator/support of the new forms of International domination. The question of labour force and the concret necessity of an internationalism proletary in the fight against imperialism.

